

Resumo

No artigo proponho-me a comparar alguns aspectos da filosofia de Aristóteles e Kant, concernentes à ciência do ser enquanto ser (ontologia). Parto do pressuposto de que ambos os filósofos utilizam-se da lógica como a disciplina capaz de dar validade à ontologia. A validade dos primeiros princípios da ontologia seria, em última análise, dependente da validade das relações entre o sujeito e o predicado da proposição. Ainda que ambos os filósofos dêem regras para o uso correto dessas relações, as regras por eles propostas não são exatamente as mesmas. No trabalho, proponho-me a mostrar as diferenças entre elas. No entanto, a diferença entre as regras resultará nos diferentes modos por meio dos quais eles constituem o domínio de objetos da ciência do ser. Para Aristóteles, a ciência do ser enquanto ser é válida para todos seres, independentemente de nosso modo de acesso a eles. Para Kant, a ciência do ser enquanto ser é válida apenas para os seres de uma experiência possível.

Abstract

In the paper I compare some aspects of the philosophies of Aristotle and Kant, concerning the science of being (ontology). I start from the presupposition that both philosophers use logic as a science that gives validity to ontology. The validity of the first principles of ontology is centered on the relation between subject and object of a proposition. Even though both philosophers give rules for the relation between subject and predicate, the rules they propose are not exactly the same. In the paper I try to show the differences between the rules proposed. The differences between the rules, however, will result in the different ways they constitute the domain of the objects of the science of being. To Aristotle the science of being is valid to all beings without distinction in the way they exist. To Kant the science of being is valid only to beings of a possible experience.

A categoria da existência na refutação kantiana do argumento ontológico*

Sílvia Altmann

UFRGS - Departamento de Filosofia

O objetivo deste trabalho é (i) apresentar uma hipótese sobre a relação entre o caráter assertórico de um juízo e a categoria da existência, (ii) mostrar que essa relação permite esclarecer os argumentos de Kant no oitavo parágrafo¹ da seção da *Crítica da Razão Pura* que trata do argumento ontológico – no qual Kant aparentemente pretende refutá-lo antes de introduzir qualquer consideração sobre ser a existência um predicado real ou (em seu vocabulário) apenas “lógico” – e (iii) mostrar que é essa relação que está envolvida na caracterização da existência como não sendo um predicado como qualquer outro, desenvolvida por Kant no nono parágrafo².



(i) A hipótese é a seguinte: A forma do juízo assertórico, quando usada sem comprometimento existencial, dá origem a uma proposição “A é B” (caso se trate de uma proposição categórica) que significa simplesmente “Represento-me um A como B”. (Seria o equivalente do que Kant, no texto

* Este trabalho (reproduzido aqui com algumas modificações) foi apresentado no III Congresso Kant, realizado entre 4 e 9 de novembro de 2001 em Itatiaia-RJ. Ele deve muito à orientação do professor Paulo Faria e a discussões com os professores Raul Landim Filho e Balthazar Barbosa Filho.

¹ Para comodidade de referência, a seção da *Crítica da Razão Pura* intitulada “Da impossibilidade de uma prova ontológica da existência de Deus” foi dividida em parágrafos.

² Vários aspectos aqui somente indicados ou supostos são desenvolvidos na minha tese de doutorado ainda em curso, em particular aqueles que tratam da relação entre forma de juízo e categorias em geral, da existência como categoria, da correta expressão de juízos de existência e da sua relação com a refutação do argumento ontológico.

pré-crítico *O único argumento possível para uma prova da existência de Deus*³, chamava de posição relativa.) O que fazemos, nesse caso, é simplesmente relacionar o conceito-sujeito ao conceito-predicado. É o que Kant chama de pôr o conceito-predicado em relação ao conceito-sujeito ou, simplesmente, pôr a relação (entre conceito-predicado e conceito-sujeito) em pensamento. Sem categorias, o máximo que se conseguiria é falar sobre o que pensamos. É claro que reconhecemos, em princípio, a diferença entre falar do sujeito pensante – dizer que se pensa que A é B – e falar de um objeto intencional A, de um objeto na medida em que é pensado, quer seja ou não existente. Em outros termos: à primeira vista, as proposições «Penso um A que é B» e «A é B» (mesmo sem supor que A tem alguma realidade que não puramente dependente de ser pensado) não são equivalentes: uma fala de mim e a outra de um objeto, mesmo que considerado como mero objeto de pensamento. No entanto, o que Kant pretende ter mostrado na *Dedução Metafísica* e na primeira parte da *Dedução Transcendental* é justamente que, sem a utilização das categorias, não há como fazer essa distinção. Ele obtém, como ponto de chegada - não de partida - da *Analítica Transcendental* que, ao usar um juízo para falar de um objeto qualquer, mesmo da intuição pura, utilizamos as categorias matemáticas (a saber, as da quantidade e qualidade). Quando, além disso, pretendemos utilizar um juízo *com a pretensão de falar sobre algo independente do pensamento*, então utilizamos as categorias dinâmicas e, portanto, no caso de um juízo assertórico, o objeto que corresponde ao juízo é considerado como existente. Sem as categorias dinâmicas, o juízo pode no máximo expressar propriedades de objetos para o quais ser é ser *em pensamento*⁴. Quando se

3 *Der einzig möglich Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes - Vorkritische Schriften bis 1768*, Herausgegeben von Wilhelm Weischedel. Foram utilizadas as traduções de THEIS, R. *Kant – L'unique argument possible pour une démonstration de l'existence de Dieu*, Paris: Vrin, 2001 e de WALDORF, D. *The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God. In: Theoretical Philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1992.

4 Objetos para os quais «ser» é «ser em pensamento» são também os objetos da intuição pura. É claro que «ser um objeto da intuição pura» não é algo que dependa *exclusivamente* do pensamento, pois depende também das formas da sensibilidade. Contudo, como nossa intuição não é criadora de objetos independentes do pensamento, um objeto da intuição pura não pode jamais ser um objeto para o qual ser é existir, isto é, para o qual ser é ser algo independente do pensamento, é ter pelo menos alguma propriedade independente de ser

trata de um objeto-independente-do-pensamento, é necessário utilizar as categorias dinâmicas, entre elas, a da existência.

Com a utilização das categorias dinâmicas, a mesma forma assertórica “A é B” serve, não para expressar propriedades do pensamento ou propriedades de objetos dependentes da faculdade de conhecimento, mas para expressar propriedades e determinações de um objeto para o qual ser é ser mais do que ser representado. Nesse caso, não simplesmente pomos uma relação no pensamento, não simplesmente pensamos as notas dos conceitos A e B como unificadas num objeto pensado, mas atribuímos a um objeto-independente-do-pensamento⁵ os conceitos relacionados no juízo. Pomos, não um conceito em relação a outro, mas determinações num objeto – isto é, não simplesmente vinculamos conceitos a conceitos, mas os vinculamos a um objeto-independente-do-pensamento. Pomos, não representações em relação a um conceito, mas pomos o objeto ele mesmo com suas determinações. O que temos é o equivalente do que na fase pré-crítica é a posição

pensado. Um objeto da intuição pura pode somente ter a forma de objetos-independentes-do-pensamento, mas não é um objeto independentemente de sua construção em pensamento por um conceito. Objetos da intuição pura são somente objetos formais e, nesse sentido, embora não dependam exclusivamente de condições do pensamento, mas também da forma da sensibilidade, não têm qualquer realidade independente do pensamento. (A justificativa do papel das categorias e da peculiaridade das categorias dinâmicas quando se trata de objetos-independentes-do-pensamento é desenvolvida na minha tese de doutorado.)

5 O que estou “rotulando” aqui de objeto-independente-do-pensamento evidentemente não é, para Kant, um objeto *completamente* independente do pensamento. Quanto à forma, todo objeto depende do pensamento. Ocorre que, se Kant não é um idealista empírico, é na medida em que pelo menos alguns objetos não tem *todas* as suas propriedades determinadas pelas condições do nosso conhecimento – há propriedades determinadas pela matéria, que são independentes das condições do pensamento (mesmo que seu conhecimento não o seja). Objetos da intuição pura não são pensados como independentes do pensamento nesse sentido. É claro que nem todas as suas propriedades são pensadas no conceito que temos dele e, por isso, há juízos sintéticos sobre objetos da intuição pura. No entanto, não há objeto matemático, por exemplo, independente da construção por um conceito e *todas* as suas propriedades, embora não necessariamente pensadas no conceito utilizado para a construção, dependem desse conceito. Elas dependem também, é claro, do espaço como intuição formal. Mas também esse, enquanto intuição formal (não enquanto forma dos objetos empíricos), não é algo para o qual ser é ser algo independente do pensamento. Por fim, cabe ressaltar que, embora os únicos objetos-independentes-do-pensamento que podemos conhecer sejam objetos da intuição empírica, pensar um objeto-independente-do-pensamento não é necessariamente pensar um objeto da intuição empírica; é tão-somente pensar um objeto *enquanto* podendo ter alguma propriedade independente de ser representado como tal.

absoluta: pomos o objeto ele mesmo com suas determinações (determinações essas que são pensadas nos conceitos A e B) – e, aqui, a menos que se trate de um objeto para o qual ser é totalmente parasitário da capacidade de representação, a existência do objeto pensado como AB está envolvida.



(ii) De maneira resumida, como isso pode servir para barrar a passagem de “Deus é onipotente” para “Deus existe” no argumento ontológico?

Num contexto que não cabe aqui analisar, Kant apresenta assim o argumento ontológico: Se penso um ser que tem o máximo de realidade, não posso negar dele a existência. Mesmo sem investigar o que Kant ou um defensor do argumento ontológico poderia querer dizer com “realidade”, poderíamos esperar que a resposta fosse imediata: a existência não está compreendida em “toda a realidade” porque não é uma realidade. Contudo, não é isso que se segue no texto. O que Kant responde é que quem apresenta o argumento ontológico já cometeu uma contradição ao introduzir o conceito de existência no conceito de uma coisa que pretende (e deve pretender, sob pena de circularidade) pensar unicamente segundo sua possibilidade. E continua dizendo que, se se aceita isso, o máximo que o defensor do argumento ontológico alcança é uma tautologia.

Ora, o que antes era dito contraditório agora pode ser concedido e leva a uma tautologia. Talvez o que Kant esteja querendo mostrar é que o único modo de escapar da contradição é tomar a afirmação “O ser que tem o máximo de realidade existe” como uma tautologia (isto é, o conceito de existência já teria sido *explicitamente* pensado no conceito do sujeito).

Kant continua: tomemos a proposição “tal ou tal coisa existe”. Como toda e qualquer proposição, ela é ou analítica ou sintética. Se sintética, o argumento ontológico sequer pode começar, pois a existência não estaria contida no conceito do sujeito. Se analítica, por definição, não acrescenta nada ao pensamento da coisa. Nesse caso, segundo Kant, a alternativa é dupla: ou o pensamento é a própria coisa ou a existência foi pressuposta como pertencendo à possibilidade e, nesse caso, trata-se de mera tautologia. Uma pro-

posição “A é B” é tautológica se B foi, desde o início, pensado em A. Para que uma proposição analítica *não* seja tautológica, deve-se ter pelo menos *pretendido* pensar A como indeterminado quanto a ser pensado como B. Ou seja, segundo Kant, se um juízo da forma “tal ou tal coisa existe” é analítico (isto é, a existência é pensada no conceito-sujeito), ou o pensamento é a própria coisa ou jamais se pretendeu pensar o sujeito como indeterminado quanto a existência.

Ora, por que o defensor do argumento ontológico não pode recusar o caráter exaustivo da dicotomia e sustentar que a proposição é analítica mas não tautológica na medida em que não pressupõe a existência como pertencendo à possibilidade, mas (como tratava-se justamente de demonstrar) ela decorre necessariamente da mera possibilidade da coisa? Isto é, por que ele não pode dizer que não pretendeu ter pensado, de início, o conceito de Deus como determinado quanto à existência? O que Kant diz a seguir parece ser uma resposta a essa pergunta: de nada adianta o defensor do argumento ter usado, no conceito do qual partiu, a palavra “realidade” – se ele chama de realidade tudo o que é posto, sem que seja determinado *o que* é posto, estará apenas reiterando no predicado o que já havia explicitamente posto no sujeito. Isto é, o defensor do argumento ontológico não pode recusar-se a explicitar o que é posto com “Deus tem o máximo de realidade”. Ou seja, o problema é chamar de realidade tudo o que é posto sem determinar *o que* é posto. Deve, assim, haver pelo menos duas alternativas para o que é posto. Uma alternativa deve levar à suposição de que o pensamento é a própria coisa e a outra, a uma tautologia.

De acordo com a hipótese esboçada acima, podemos ou pôr só o conceito-predicado em relação ao conceito-sujeito ou pôr também o objeto. Assim, diante do juízo “Deus tem o máximo de realidade”, coloca-se a seguinte questão: trata-se de pôr uma relação entre conceitos ou de pôr, mediante tal relação, um objeto que tem as propriedades relacionadas⁶? Se só se põe uma relação entre conceitos no pensamento, mesmo que a existência seja tratada

⁶ Cabe observar que, obviamente, o objeto em questão aqui (Deus) *só pode* ser pensado como um objeto-independente-do-pensamento.

como um predicado como qualquer outro, contido em “toda realidade”, só teremos a ligação entre “Deus” e “existência” em pensamento, não num objeto – a menos que se aceite que o pensamento seja o próprio objeto: eis a primeira alternativa.

Claro, não parece fazer sentido dizer que, ao pensar Deus como existente, ainda se deixa indeterminado se Deus existe ou não. Afinal, se pensamos urubus como pretos, pode ser que nada corresponda a esse conceito de urubu-preto, mas o conceito é determinado quanto a “ser preto”. No entanto, o que Kant está dizendo é que, se a existência é tratada como um predicado qualquer, pensar Deus como existente só expressaria ligação no pensamento. Assim, mesmo que se pense o conceito de Deus como determinado quanto ao conceito de existência – *tratada como um predicado qualquer* – ainda resta indeterminado se algo corresponde a esse pensamento ou não. Ora, o que isso deixa claro é que não é como um predicado qualquer que devemos compreender o funcionamento da noção de existência.

Por outro lado, se, com “Deus tem a máxima realidade”, trata-se de pôr o objeto (o que é necessário para que possa obter qualquer propriedade como efetivamente pertencendo a um objeto-independente-do-pensamento), devemos, desde o início, ter suposto o objeto como existente e trata-se, então, de uma tautologia – é a segunda alternativa.

Assim, fazendo a distinção entre pôr a relação no pensamento e pôr o objeto, o defensor do argumento ontológico obtém tão-somente uma tautologia (a menos, é claro, que pretenda apenas ter provado que Deus existe em seu pensamento). Ora, toda essa argumentação depende da necessidade de determinar o que é posto. Resta ao defensor do argumento recusar a necessidade da distinção entre pôr a relação e pôr o objeto. Resta-lhe tentar sustentar que, quando põe “Deus tem o máximo de realidade”, não está determinado o que é posto, mas que, ao perceber que a existência também está posta, percebe-se que o próprio objeto é posto com a mera possibilidade. Se o caráter tautológico da conclusão era consequência da distinção entre pôr a relação e pôr o objeto, vejamos agora se a recusa dessa distinção não leva a uma contradição.

Devemos, portanto, perguntar por que o defensor do argumento ontológico seria obrigado a aceitar a diferença entre pôr a relação e pôr o objeto. Aqui, só é possível indicar uma hipótese de leitura que depende de uma análise da *Analítica Transcendental*⁷. Para que faça sentido qualquer juízo de existência ou de não-existência, deve ser possível pensar um objeto sem necessariamente afirmar que ele existe, e, dada a natureza finita e discursiva de nosso entendimento, devemos necessariamente poder pensar um objeto como não-existente e, por isso, poder utilizar juízos de existência e não-existência. Ora, para Kant, pensamos ao unificar representações sob conceitos, o que é feito relacionando conceitos a conceitos num juízo. Conceitos só funcionam em juízos, ou como sujeito ou como predicado. Pensar um conceito A ao utilizá-lo como predicado é pensar algo como “B é A”. Pensar um conceito A como sujeito é pensar algo como “A é B” (onde B pode ser simplesmente uma nota de A ou um predicado sintético). Isto é, precisamos de um juízo para “apresentar” ao entendimento um objeto de pensamento. Se esse juízo não pudesse ser tomado somente como a posição da relação entre conceitos no pensamento (e não como posição da relação em um objeto-independente-do-pensamento), não se poderia jamais afirmar que o objeto dos conceitos em questão não existe. Assim, sem a distinção, não podemos considerar o objeto de um conceito como mero objeto do pensamento, isto é, do ponto de vista da mera possibilidade. Ou seja, sem fazer a distinção entre, de um lado, pôr o conceito-predicado em relação ao conceito-sujeito e, de outro, pôr a determinação especificada pelo conceito-predicado num objeto-independente-do-pensamento, é contraditório *pretender* ter pensado algo do ponto de vista da mera possibilidade, porque, sem a distinção, é impossível distinguir entre pensar algo como meramente possível e afirmar sua existência.

⁷ Desenvolvida em minha tese de doutorado.



(iii) É só depois dessa argumentação que Kant apresenta, no §9, a caracterização da existência como não sendo um predicado real. A argumentação do §8, assim, parece ter sido uma via indireta que, sem supor que a existência não funciona como um predicado qualquer, chama a atenção para a necessidade da distinção entre usar “ser” para pôr uma relação em pensamento e para pôr um objeto. É natural, então, que, no parágrafo seguinte, Kant explicita a relação entre “ser” e “existir” e essas duas possibilidades de posição.

Nesse parágrafo, Kant distingue entre o uso lógico de “ser” e o uso de “ser” (ou “existir”) para pôr um objeto. No uso lógico, tudo o que “ser” (a cópula) faz é servir para pôr o conceito-predicado em relação a um conceito-sujeito. “Deus” é o conceito de uma coisa, assim como “onipotente”. Um conceito de uma coisa, como “onipotente”, poderia ser acrescentado ao conceito de Deus e, com isso, estendê-lo (caso nele já não se pensasse o conceito de onipotência). Num juízo “A é B”, o objeto que a ele deve corresponder, que deve tornar essa proposição verdadeira, deve não só ter as propriedades pensadas em A mas também a propriedade expressa pelo conceito B. Porém, não se pode dizer que esse objeto, além de ser A (de serem verdadeiros dele os predicados pensados em A) e ser B, deve, ainda, existir (ser). Isso porque, quando se trata de um objeto pensado como um objeto-independente-do-pensamento, de um objeto para o qual ser é existir, para ser A ou B ou qualquer coisa (isto é, para que o juízo “A é B” seja verdadeiro em função do objeto) o objeto já deve existir.

Utilizamos um conceito para representar um objeto. Para usar um conceito para representar objetos, é preciso que ele apresente condições suficientes para distinguir seu objeto de outros: as notas do conceito fazem isso. “Ser” ou “existir”, porém, não pode funcionar assim, já que não serve minimamente para distinguir entre objetos. Se só pensamos relacionando conceitos⁸, dizer que temos um conceito de “mamífero”, por exemplo, significa

⁸ A justificativa dessa tese se encontra na Dedução Metafísica e na primeira parte da Dedução Transcendental e é desenvolvida na minha tese de doutorado.

pelo menos que pensamos ao relacionar o conceito “mamífero” a suas notas ou a predicados sintéticos (isto é, pensamos um x tal que x é animal, respira pelo ar, é vertebrado, etc.) ou a conceitos de objetos dos quais “mamífero” é pensado como predicado (isto é, pensamos que uma baleia, por exemplo, é um mamífero). Para combinar representações como reunidas no conceito de um objeto, é necessário o uso da cópula. É para essa relação entre conceitos que utilizamos a cópula (“ser” no uso lógico). Assim, o uso lógico da cópula consiste simplesmente em combinar representações. No entanto, se é possível afirmar que o objeto da representação que resulta da combinação pode não existir, deve ser possível representar um objeto (combinar representações num juízo, utilizar “ser”, no seu uso lógico) sem afirmar a existência desse objeto.

Por outro lado, quando dizemos “Deus é”, quando afirmamos que Deus existe, fazemos, por assim dizer, duas coisas: não só nos representamos um objeto (não só pomos conceitos em relação uns com os outros no conceito de um objeto – para o que já é necessário o emprego da cópula, mas só no seu uso lógico), mas, além de usar “ser” para esta combinação que apresenta um conceito, afirmamos que é verdade que tais e tais predicados estão combinados, não *no conceito* de um objeto, mas *num objeto* – isto é, pomos o objeto que corresponde ao conceito. Essa posição não pode ser compreendida como simplesmente a posição de “existir” tomado como qualquer outro predicado. Consideremos, por exemplo, “Esta bola é vermelha”. Para que essa proposição seja verdadeira, para que algo seja adequado ao pensamento “bola vermelha”, deve existir um objeto que a ele corresponda. O objeto que deve existir pode ser diferente do que deve existir para algo corresponder simplesmente a “bola”, mas tanto “bola” quanto “bola vermelha” podem fazer referência ao mesmo objeto (não pode tratar-se, é claro, do mesmo objeto intencional, mas os dois conceitos podem selecionar a mesma coisa no mundo).

O que ocorre com a existência? Tomemos agora os conceitos de “unicórnio” e “existente”. Suponhamos que o objeto ao qual o conceito de “unicórnio existente” é adequado (e que tornaria verdadeira a proposição “Unicórnios existem”) pudesse ter um traço a mais que aquele ao qual “unicórnio” é adequado e que esse algo a mais fosse justamente a existência. Nesse caso, “unicórnio” jamais poderia ser adequado a qualquer objeto existente.

Pensar uma bola é pensar um *x* que tem tais e tais notas características. Pensar uma bola vermelha é pensar um *x* que tem essas mesmas notas e, ainda, a de ser vermelha – há objetos adequados a “bola” que não são adequados a “bola vermelha”. Mas não pode haver objetos adequados a “bola vermelha existente” que não sejam adequados a “bola vermelha”. Caso contrário, não poderia haver objetos existentes que pudessem tornar verdadeira a proposição “Esta bola é vermelha”.

Assim, vemos que a existência não pode ser tratada como um predicado justamente porque é uma categoria da modalidade que está envolvida no caráter assertórico de um juízo que pretende tratar de um objeto para o qual ser é existir. Se *A* é visto como um objeto para o qual ser é ser pensado, então é possível usar um juízo assertórico “*A* é *B*” sem afirmar a existência de *A*. É por isso que não é possível recusar proposições como “O unicórnio é um animal” e “Um triângulo matemático é tal que sua área é a metade da base vezes sua altura” e, ao mesmo tempo, deixar indeterminado se algum unicórnio ou algum triângulo existem. No entanto, tudo o que isso expressa é algo sobre o pensamento ou sobre objetos dos quais não faz sentido perguntar pela existência, como é o caso de objetos da intuição pura⁹ – seu ser é o do próprio pensamento.

Por outro lado, suponhamos um conceito de um objeto para o qual ser é existir, por exemplo, “o vírus que dizimou os dinossauros”. Se se pretende usar “o vírus que dizimou os dinossauros”, não para falar do pensamento de tal vírus, mas de um objeto que pode ter pelo menos alguma propriedade que não dependa do conceito pelo qual é pensado, esse conceito pode (caso seja realmente possível) ser utilizado em juízos problemáticos, como no juízo “O vírus que dizimou os dinossauros é um ser vivo” quando utilizado no juízo “Se um vírus é um animal, então o vírus que dizimou os dinossauros é um ser vivo”. No entanto, se tomamos “O vírus que dizimou os dinossauros é um ser vivo” *assertoricamente*, na medida em que pretendemos com isso estar expressando propriedades de um ser para o qual ser é existir, utilizamos a

⁹ É claro que faz sentido se perguntar pela existência de triângulos materiais, mas não de triângulos matemáticos. Ver, contudo, a nota 5 acima.

categoria da existência. Claro, podemos sempre dizer que só pretendemos expressar propriedades de um objeto para o qual ser é ser pensado, mas, nesse caso, o juízo não expressa nada sobre objetos para os quais ser é existir¹⁰.



Assim, diante de um juízo “*A* é existente”, obtido de um juízo “*A* é *B*”, temos as seguintes possibilidades:

(a) A existência funciona aqui como *qualquer* predicado. Nesse caso, o juízo não é capaz de expressar a existência de *A* (a menos que o pensamento seja a própria coisa), já que é sempre possível perguntar se algo corresponde a ele ou não.

(b) Se a existência deve justamente expressar que algo que não é um objeto de pensamento corresponde ao juízo, então há duas possibilidades:

(b’) Com *A*, pretende-se pensar um objeto para o qual ser é existir. Como “*A* é *B*” foi utilizado assertoricamente, já se pressupõe que *A* existe, e a inferência é tautológica.

(b’’) *A* não é pensado como um objeto para o qual ser é ser pensado, mas pretende-se, mesmo com a utilização assertórica de “*A* é *B*”, deixar indeterminado se *A* existe ou não.¹¹ Ao perceber que a existência está aqui necessariamente ligada, obtém-se o juízo “*A* é existente”. Isso, contudo, supõe que *A* é um objeto que pode ter propriedades, quer exista ou não. Nesse caso, no entanto, o que corresponderia a “*A* existente” e a “*A* possível” não seria o mesmo objeto. Mas isso elimina a possibilidade de utilizar adequadamente “existente” e “possível” e torna contraditório pretender ter pensado *A* do ponto de vista da mera possibilidade.

¹⁰ Ou seja, um juízo pode ser assertórico sem utilizar a categoria da existência. Esse pode ser o caso de juízos analíticos e sintéticos *a priori*. No entanto, esses juízos não podem, sem uma suposição de existência, pretender expressar propriedades de objetos-independentes-do-pensamento. Expressam somente regras de pensamento ou de objetos da intuição pura (que, enquanto tais, expressam somente regras da faculdade de conhecimento). Que isso possa ser demonstrado a partir do exame da relação entre categorias e forma de juízo também é objeto da minha tese de doutorado.

¹¹ É o que ocorre com “unicórnio” no exemplo de “Se unicórnios são animais, então são seres vivos”.



Assim, vemos que o parágrafo oitavo da seção em questão não *pressupõe* que a existência não seja um predicado como qualquer outro, mas mostra que, se tratada como um predicado como qualquer outro, não serve para expressar (justamente) a existência. O parágrafo nono mostra que, corretamente compreendida, a afirmação de existência é expressão, não da posição da mera relação entre conceitos, mas da posição do objeto. Isso, por sua vez, é equivalente à utilização de um juízo assertórico sobre um objeto para o qual ser não é somente ser em pensamento.

Resumo

O objetivo deste artigo é mostrar que, na *Crítica da Razão Pura*, a resposta de Kant ao argumento ontológico na *Dialética Transcendental* apresenta a mesma compreensão da noção de existência caracterizada na *Análítica Transcendental*, através da relação entre o caráter assertórico de um juízo e a correspondente categoria da existência. Essa relação seria a seguinte: a utilização de um juízo assertórico que pretenda expressar propriedades de objetos e não simplesmente do modo como pensamos objetos já envolve a afirmação da existência do objeto do juízo. Assim, ou de “Deus tem todas as perfeições”, obtém-se no máximo que se pensa Deus como existente ou então havia sido pressuposto que Deus existe. O artigo pretende indicar essa relação entre o caráter assertórico de um juízo e a categoria da existência apresentada na *Dedução Metafísica* e mostrar que a resposta kantiana ao argumento ontológico estabelece, por uma via independente, essa mesma relação, agora desenvolvida em termos da formulação “a existência não é um predicado real”.

Abstract

The purpose of this paper is to show that the answer Kant gives to the ontological argument in the *Transcendental Dialectic* presents the same characterization of the notion of existence presented in the *Transcendental Analytic*, by means of the relation between the assertoric modality of a judgment and the corresponding category of existence. The relation would be the following: the use of an assertoric judgment intending to express properties of objects, and not simply of the way in which we think them involves affirming the existence of the object the judgment speaks about. Therefore, from the judgment “God has every perfection”, we obtain at most that we think God as existent, or else we must have already supposed that God exists. The paper will briefly point out this relation between an assertoric judgment and the category of existence (presented in the *Metaphysical Deduction*), and show that the kantian answer to the ontological argument establishes, by an independent reasoning, this very same relation, now developed in terms of the formula “existence is not a real predicate”.